



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Ordem Patriarcal de Gênero e Relações Sociais de Sexo)

**Trabalho e Mulher: breves reflexões sobre a inserção da
mulher indígena no mercado de trabalho urbano**

Carla de Jesus Monteiro Castro ¹

Sheyla Alves Barros²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a inserção da mulher indígena no mercado de trabalho no contexto urbano. Se utilizou da pesquisa bibliográfica como ferramenta para buscar responder ao foco deste artigo. Desse modo, observa-se que essas mulheres encontram inúmeras dificuldades em se inserirem fora de seu território, a exemplo de sua ocupação no mercado de trabalho, por diversos fatores por estarem interligados, e que consequentemente, induzem a essa população a procurar postos de trabalho informais, sem cobertura de proteção social nem de direitos trabalhistas, tornando a inserção da mulher indígena no espaço urbano muito mais difícil e complexa.

Palavras-chave: Trabalho; Mulher; Mulher indígena; Mercado de trabalho urbano.

Abstract: Abstract: The present study aims to reflect on the insertion of indigenous women in the labor market in the urban context. Bibliographic research was used as a tool to try to answer the focus of this article. Thus, it is observed that these women face numerous difficulties in inserting themselves outside their territory, such as their occupation in the labor market, due to several factors that are interconnected, and that, consequently, induce this population to look for informal jobs, without coverage of social protection or labor rights, making the insertion of indigenous women in the urban space much more difficult and complex.

Keywords: Work; Woman; Indigenous woman; Urban labour market.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.
E-mail: ped.carlacastro@hotmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.
E-mail: Sheyla.alves.barros@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Desde a chegada do europeu às terras que viriam a se tornar o Brasil, os povos originários que nela viviam, foram submetidos às mais variadas ameaças no que se refere à sua sobrevivência. Dificuldades como desterritorialização, pressões extrativas de seus recursos naturais por parte de iniciativas individuais e associadas de grileiros, empresas e conglomerados nacionais e transnacionais, execução de grandes obras civis como hidrelétricas e multinacionais, que causam largos impactos sobre os ecossistemas em que vivem, e, mais recentemente, as péssimas condições de vida que enfrentam nos grandes centros urbanos, para onde têm sido levados a viver.

Refletindo sobre o processo de migração de povos indígenas para os centros urbanos, Marques (2019) argumenta que a única promessa cumprida a população indígena foi a de lhe tomar a terra acompanhada com perdas da vida, das relações sociais, modo de vida, história e cultura. Esse processo migratório acarreta, sem dúvidas, graves mudanças para o indígena. Obrigando-os a praticar buscas incomuns para suas culturas, como a de estudo e trabalho em grandes cidades.

Aliados a isso, a frequente ineficiência de órgãos fiscalizadores ambientais e proteção indígenas favorece a apropriação das terras indígenas ao grande capital, pois ainda persiste a ideia de que há “muita terra para pouco índio” (grifo da autora), expulsando o indígena de seu território (Loureiro, 2022).

Assim, os conflitos armados e a perda dos direitos de propriedade das suas terras levam mulheres indígenas a abandonas suas comunidades e migrar para os centros urbanos. Elas precisam migrar para trabalhar e buscar uma vida melhor para sua família ou para fugir de perseguições que atentem contra sua vida e a de sua família. Isso coloca as mesmas em contato com práticas sociais e costumes totalmente distintos de sua cultura.

Vale ressaltar que o feito migratório dessas mulheres encontra especificidades ligadas ao recorte de gênero e, portanto, o modo como vivenciam a cidade, bem como a processo do mercado que irão suprir com os empregos adquiridos por elas. Sua identidade indígena



também atribui caráter diferenciado, o qual expressa desigualdades existentes dentro da sociedade brasileira ao encarmos a condição indígena e a imagem construída em torno deste no imaginário nacional, fruto de nossa colonização.

Viver na Amazônia é sentir na pele a grande força devastadora do grande capital, o qual se instala nos interiores na região, fazendo com que degradem, saqueiem e expulsem as comunidades locais. Partindo dessa realidade busco como objetivo fazer uma breve pesquisa bibliográfica e relatar , ainda que de forma inicial, uma reflexã acerca das consequências da saída da mulher indígena de seu território para os centros urbanos.

Assim, a fim de debater as diferentes dimensões deste campo e ampliar as reflexões, o texto está organizado em três tópicos. O primeiro discute o contexto histórico da colonização do Brasil e da Amazônia; o segundo os índices de desemprego no Brasil entre homens, mulheres e indígenas; e o terceiro como se dá a inserção da mulher indígena no mercado de trabalho urbano.

2. O CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E A POPULAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

2. 1. O processo de “colonização” do Brasil e da Amazônia

Depois do século XV, A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Então, o primeiro passo estava dado e a Europa deixará de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o Oceano. O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados, geograficamente, no extremo desta península que avança pelo mar. Nesta avançada pelo Oceano descobriram as Ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul até a primeira metade do século XV. Após, meados dele começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. Seria abrir seu proveito uma rota que os poria em contacto direto com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo (Prado Júnior, 2011).

Assim, a colonização brasileira não é vista como um fato isolado de uma aventura casual da nação portuguesa, ao contrário, é abarcada como abertura da expansão marítima dos países europeus, que depois do século XV são excitados pelo capital comercial. A procura pela expansão comercial foi vista então, como primazia pelas rotas comerciais do Oriente,



com os produtos da Índia e da China, o que fez a América, em um primeiro momento, ser vista como não rentável para as metrópoles europeias (Colombini, 2019).

Data a história que as capitanias hereditárias foram a primeira grande medida tomada pelos portugueses para sistematizar a colonização da América Portuguesa. Entretanto, essa medida funcionava basicamente como uma “terceirização” das obrigações, em que terceiros investiam com seus próprios fundos no desenvolvimento da capitania e tinham o objetivo de dividir o território. Em seguida, ocorre a expansão para o interior como bandeirismo predador de indígenas prospectador de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou terras e repeliu as vanguardas da colonização espanholas, concorrentes da época (Prado Júnior, 2011).

A colonização das Américas, portanto, ocorre de uma forma específica dentro da história, ou seja, não mais ligada a um caráter conquistador de territórios com vias imperiais ou de dominação, mas guiada pela ótica da expansão do capital comercial. A força dos Estados metropolitanos em erguer esse sistema colonial estava em promover o comércio dos produtos tropicais, indo de certa forma além da pura esfera comercial, desdobrando para a própria produção econômica no ultramar (Colombini, 2019).

Embora o Brasil jamais tenha sido chamado oficialmente de “colônia” de Portugal (Loureiro, 2022), afirma que os portugueses o denominaram de Estado do Brasil, sendo uma colônia de fato e tratada como tal, mesmo depois da independência. D. Pedro VI transferir o reino para o Brasil. E mesmo já sendo independente permaneceu dependente economicamente na antiga metrópole e devido a continuidade do reinado por um herdeiro do rei de Portugal D. Pedro II, a ideia de colônia permaneceu até a República.

Diante do contexto, a agricultura foi o nervo econômico da colonização no Brasil. Pois, o Brasil enquanto colônia estava destinado a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância como o ouro, prata, o pau-brasil, o açúcar, o algodão, o café, o látex entre outros. Tal fator, irá iniciar o tráfico de indígenas escravizados de uma colônia para outra, a escravização do negro e outros europeus que aqui vieram para “ocupar” terras brasileiras (Prado Júnior, 2011).

A expansão da borracha e o auge do café contaram com grandes levas de trabalhadores nordestinos. Mas também o governo fez uso desse caudal de mão de obra barata, formidável exército de reserva para as grandes obras públicas. Vale ressaltar que, o trabalho escravo dos nordestinos abriu a grande estrada transamazônica, que cortará o Brasil em dois, penetrando na floresta até a fronteira com a Bolívia. O grande plano implica também um projeto de colonização agrária para estender “as fronteiras da civilização”: cada trabalhador receberá uma área de dez hectares, se sobreviver às febres tropicais da floresta.²

Porém, foi no período militar que houve um maior incentivo por parte do Estado em atrair capital nacional e estrangeiro através de estímulos fiscais e creditícios. Houve ainda, a Operação Amazônia, a qual representava a ação estatal para distribuir dinheiro público para

² *Ibidem.*



capitalistas nacionais e estrangeiros se apropriarem gratuitamente e transformarem em lucros os recursos naturais da região (Marques, 2019). Assim, o grande capital se instala na Amazônia com a dicotomia de grandes projetos *versus* desigualdades, pois investimentos e incentivos fiscais só aumentam as precárias condições dos povos amazônicos.

Os agentes desse modelo econômico entenderam que indígenas, negros e caboclos ocupavam enormes extensões de terra e, nelas, desenvolviam atividades econômicas de baixa produtividade, que, em especial, pouco agregavam ao conjunto da economia regional, além de não gerarem impostos. Para o governo federal, “desloca-los” das terras onde nasceram (pela compra da terra, expulsão rápida, violenta ou não) seria uma condição necessária para a implantação do novo processo de desenvolvimento. (Loureiro, 2022, p. 57).

Os casos de apropriação dos recursos genéticos da Amazônia não pararam no caso da seringueira, na década de 1980 ocorreu um período de forte aplicação das políticas neoliberais no Brasil por Fernando Collor de Melo, seguido pelo seu vice, Itamar Franco, uma vez que Collor foi derrubado do governo, e em seguida Itamar Franco adotam o neoliberalismo como modelo econômico para o Brasil, abrindo assim para o capital multinacional. Dentre as “reformas”, a bancada parlamentar aprovou o saque sobre a Amazônia, dando o fim ao monopólio brasileiro sobre o subsolo com suas riquezas (Marques, 2019).

Daí porque a Amazônia foi convertida em uma *fronteira de commodities* agrícolas e minerais e em exportadora de energia elétrica, impondo a região, a condição de neocolonial. Onde, as terras indígenas são devastadas pelo avanço desenfreado do capital, o agronegócio adquire a terra, que por esses meios, é ocupada e incorporada ao mercado fazendo com que os indígenas vão perdendo suas condições de vida sendo alijados para as periferias urbanas miseráveis (Loureiro, 2022).

2. 2. Trabalho assalariado e relações de trabalho indígena

Na compreensão do trabalho enquanto categoria fundante do modo de produção capitalista e o fato da mercadoria força de trabalho constituir-se em mercadoria especial (Netto, Braz, 2011), que a mudança de paradigma desse modo de produção e as denúncias acerca do aumento da precarização e as antigas e atuais formas de degradação das condições de trabalho têm chamado atenção, constituindo-se em desafio teórico-metodológico para pesquisadores de diversas áreas de estudo.

No capitalismo, a relação de compra e venda da força de trabalho se constitui numa relação de exploração do primeiro ao último, condicionadas principalmente pelas medidas adotadas em cada fase histórica desse modo de produção, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho (Marx, 1999, p. 289). As relações de trabalho sob a ótica do capital se dão de forma alienada pelos que vendem a força de trabalho.



Já na fase contemporânea do capitalismo, a reestruturação das relações de trabalho que Mota, Amaral e Peruzzo (2012) expõem como reedição de antigas formas de exploração, a adoção de novas medidas para acesso ao mundo do trabalho e do que hoje se denomina emprego, apresenta novos paradigmas.

O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe. (Dias, 1998, p. 46).

Considerando os aspectos que determinaram as mudanças, o processo de reestruturação produtiva, principalmente no que diz respeito à flexibilização e à precarização das relações e condições de trabalho. Onde a atual fase do capitalismo mundial abrange um conjunto de produções teóricas que tem em comum a análise da relação entre as mudanças ocorridas no seio do modo de produção capitalista e sua repercussão no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nos rebatimentos desta nas relações sociais.

As análises de autores como Antunes (2011), Mota, Amaral e Peruzzo (2012), Harvey (2011), dentre outros, possuem análises que têm por base a teoria marxista e evidenciam que essas mudanças têm origem nas transformações operadas no modo de produção capitalista no último quartel do século XX, que visa à manutenção de seu processo de reprodução e acumulação, e que apresentam os desdobramentos de seu atual *modus operandi*, buscando analisa-las a partir de vivências concretas onde a mudança do paradigma fordista de emprego para o modelo denominado flexível, que tem como seu maior expoente o Toyotismo, traz novos padrões nas condições e nas relações de trabalho, onde as conseqüências do Toyotismo como modelo de produção são, como afirma Antunes (2003; 2011), características dessa nova fase do capitalismo mundial, com o processo de reestruturação produtiva diferenciado se comparados aos países de capitalismo central e periférico, ambos com papéis bem definidos.

No Brasil, os governos que sucederam a promulgação da Constituição Federal, cumpriram a agenda da ideologia neoliberal, o que culminou com a implementação de uma política macroeconômica. Na Amazônia, a despeito do desenvolvimentismo, o processo de acumulação capitalista já utilizava como discurso dominante o progresso da região. Esse movimento, que possui bases em seu processo de colonização, buscava legitimação e contava com o apoio total e irrestrito do Estado.

Nas palavras de Marques (2019, p. 86)



Em meio ao clima nacionalista e ao cenário de guerra mundial, em 1940 o presidente Getúlio Vargas fez um pronunciamento em Manaus que ficou conhecido como discurso do Amazonas. Carregada de simbolismos, a fala do presidente continha a promessa de progresso e ganhou ares de profecia: a floresta foi apresentada como um inimigo a ser vencido para integrar à região brasileira.

O processo de industrialização da região tinha interesses bem definidos pelo capital internacional, e a literatura existente dão conta desses movimentos e da arregimentação de brasileiros para composição do mercado de trabalho local, tanto na sua fase extrativista quanto na sua fase industrial.

Sob o discurso ideológico de desenvolvimentismo e sob uma perspectiva civilizatória da Amazônia, a região possui uma trajetória marcada por conflitos e resistência de seus povos frente a reorganização da produção do seu território.

Nesse sentido, o governo brasileiro cria as condições necessárias para conceder aos capitais transnacionais o acesso aos recursos minerais brasileiros,

No caso da Amazônia, a mudança na legislação mineral se somaria a outras medidas, como o Estatuto da Terra e o estabelecimento dos incentivos fiscais, para sedimentar as bases de um novo e importante papel que a região cumpriria na acumulação capitalista brasileira, em sua associação com a dinâmica de capital em âmbito mundial: ser fornecedora de produtos naturais, particularmente minerais e/ou incentivos em energia³.

Essas concessões e a instalação de grandes empreendimentos privados e governamentais ao longo dos anos, refletiram diretamente no cenário socioeconômico da região e, diante da recente retração do Estado, a ampliação da pobreza, como expressão da questão social, em contraste com o aumento da riqueza produzida pela Amazônia, representa o cruel contraste de realidades.

Como pano de fundo da agudização da pobreza na região, temos a precarização do trabalho, a perda de direitos sociais da classe trabalhadora e a fragilidade de sua organização política, tendo como principais expoentes a terceirização, os contratos temporários, o trabalho informal, dentre outros.

Estabelecia-se assim uma nova estratégia de inserção econômica internacional da América Latina, pautada nas medidas pensadas pelas agências multilaterais e que disciplinavam o “caminho” para o desenvolvimento. Dentre essas medidas, a redução do gasto público, a privatização das estatais e a desregulamentação de direitos sociais determinaram as mudanças no papel do Estado.

³*Ibidem.*



No Brasil, as dimensões da reestruturação produtiva enquanto país de economia dependente assume contornos característicos de sua localização capitalista periférica, no sentido de fornecer insumos ao desenvolvimento das forças produtivas dos países de capitalismo central, ou seja,

As respostas do capitalismo para tentar se recuperar da crise nos últimos 40 anos impuseram aos países da periferia da economia mundial um acirramento da dependência. A única possibilidade de desenvolvimento capitalista periférico parte da superexploração da força de trabalho como forma de elevar as taxas internas de mais-valia [...] (Carcanholo, 2006, p. 266).

Contudo, as estratégias para enfrentamento da crise sofrem uma mudança ideológica do capitalismo, entendida nessa fase do neoliberalismo com o apelo ao desenvolvimentismo e que ganham reforço especial no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006). Essa mudança ideopolítica tem por objetivo a busca do crescimento econômico com o desenvolvimento social, tendo este último o foco no “combate” à pobreza e o aumento do consumo, mediante a ampliação da intervenção estatal, questões essas que compõem o “receituário” do que passou a se chamar de “novo desenvolvimentismo”.

O novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI, após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto ao socialismo. Os primeiros escritos do novo desenvolvimentismo brasileiro apareceram no primeiro mandato do governo Lula, no tinteiro de Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Reforma do Estado, professor emérito da FGVSP e então intelectual orgânico do PSDB. Em 2004, Bresser Pereira publicou na Folha de São Paulo um artigo intitulado “O novo desenvolvimentismo”, no qual defendia uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia convencional do neoliberalismo. (Castelo, 2012, p. 624).

Na esteira desse “desenvolvimento”, as estratégias de acumulação capitalista nos países periféricos como o Brasil, possuem diversas vertentes, dentre elas, a intensificação da exploração de seus recursos naturais, e é nesse contexto que o grande capital encontra terreno fértil na Amazônia.

Na Amazônia brasileira, os resultados históricos da presença do grande capital, que remontam à economia gomífera, são agravadas em função de novas dinâmicas produtivas, como é o caso da cultura da soja, às quais se somam às dinâmicas já sedimentadas, especialmente a exploração mineral, pela via dos chamados grandes projetos. (Sá *et. al.*, 2014. p. 196).

Diante do contexto, o papel do Estado assume formatações que se adequam a necessidade do grande capital e das agências multilaterais. No contexto amazônico, isso se evidencia no interesse nutrido e incentivado no processo de ocupação de seu território e na



apropriação de suas riquezas pelo capital internacional, gerando um cenário de precarização do trabalho e da vida,

No caso amazônico, os conflitos sociais imanentes à contradição capital- trabalho advêm dos interesses antagônicos no processo de apropriação privada das terras pelo capital, sendo a pobreza e a miséria expressões dos conflitos fundiários gerados por disputas acirradas (Barbosa, Sá, 2009, p. 69).

São flagrantes na literatura existente sobre o contexto de colonização e descolonização da Amazônia que denunciam todo o processo de dominação empreendido, numa narrativa presente de expropriação e degradação da vida.

Nas palavras de Loureiro (2022, p. 12)

A história da região foi, da chegada dos primeiros europeus à Amazônia até os dias atuais, uma trajetória de perdas e danos. Ela é, e isto paradoxalmente, vítima daquilo que tem de mais especial – sua magia, sua exuberância e sua riqueza. Não se trata de uma queixa, mas de constatação simples: a Amazônia foi sempre mais rentável e, por isso, mais útil economicamente à metrópole, no passado, e, hoje, à Federação.

Essa informalidade foi justificada pela coordenadora da pesquisa. As regiões Norte e Nordeste possuem grande presença de atividades que incorporam trabalhadores sem carteira assinada. E conseqüentemente os povos indígenas precisam segundo Kambeba (2023), lutar pelo direito de viver em seu território, pois muitos deles foram demarcados; outros ainda aguardam pela demarcação, e nela estão os que querem para usufruto próprio, como criação de gado, plantação de soja entre outros. E o custo disso são constantes ameaças, guerras, expropriação e saque dos recursos naturais.

Para além disso, a informalidade como uma das vertentes da precarização do trabalho se apresenta no cenário de desemprego estrutural, e se evidencia nessa complexa relação entre capital x trabalho, onde as relações de trabalho se manifestam num contexto de superexploração e nas poucas possibilidades de resistência.

3. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: HISTÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O TRABALHO DAS MULHERES INDIGENAS.

O trabalho se constitui quando o homem cria ferramentas para garantir sua própria existência e se conecta com a natureza de maneira peculiar. Tal fato irá o diferenciar dos animais uma vez que o homem segundo Alves (2005, p. 111) “[...] foi um ato desenvolvido da espécie humana capaz de dar um salto ontológico diante do mundo natural. Tornando-se capaz de construir o intercâmbio orgânico com a natureza e um trabalho possuidor de múltiplas implicações. Com um intercâmbio consciente entre homem e natureza.”



Nesse contexto, podemos observar

A divisão sexual do trabalho onde a maior força física, a capacidade de correr mais rápido, levantar peso e maior agressividade dos homens fazem com que se tornem caçadores tornando-se provedores de alimentos nas tribos sendo valorizados e honrados pelas mulheres e a elas coube os cuidados com os outros (Lerner, 2019, p. 43).

Com o passar dos anos, novas relações de trabalho começam a se configurar no mundo como o trabalho feudal, trabalho escravo e o trabalho aos moldes do capitalismo. Assim, nas civilizações que deram origem à cultura ocidental, como Grécia e Roma, houve um fortalecimento da divisão social do trabalho, quando artesãos, produtores de alimentos e pessoas escravizadas, responsáveis por trabalhos manuais, passaram a ser vistos como inferiores, reforçando uma visão negativa em relação ao trabalho exercido. Alves (2005), afirma que nesse contexto histórico a produção de mercadoria não dominava o mundo antigo, porém tinha seu lugar intersticial, pois com o avanço da mercadoria e do dinheiro foi-se dissolvendo a sociedade tradicional. Durante a Idade Média, o trabalho variava bastante de uma região para a outra. No entanto, de uma maneira geral, a sociedade medieval era fortemente agrária, com a maioria das pessoas envolvida na agricultura.

Os camponeses e camponesas eram a classe trabalhadora mais numerosa na Idade Média, e muitos se ocupavam nas terras dos senhores feudais em troca de proteção e moradia. Para De Masi (2003), a divisão do trabalho entre carpinteiros, pedreiros e ferreiros ficou mais minuciosa, bem como a mão de obra escrava. Já no século XVIII, a humanidade foi impulsionada para a Era Industrial com o desenvolvimento das máquinas a vapor, resultando em mudanças profundas na maneira como o trabalho era realizado e um período de transformações sociais efervescentes. A burguesia industrial, proprietária dos meios de produção, enfrentou a recém-formada classe assalariada.

A crescente população urbana proporcionou mão-de-obra barata, e as máquinas substituíram as ferramentas manuais, permitindo a produção em massa e o aumento da eficiência produtiva. Nascimento (2022), afirma que havia segregação de tarefas no espaço fabril, onde cabia à mulher uma dupla exploração, que foi acentuada pela condição biológica do sexo e que reforçava uma noção vitimista, a qual a mulher era incapaz de se rebelar. A sociedade industrial é o marco para grande exploração da natureza, pois o capital industrial necessitava de matéria-prima para alavancar sua produção e gerar mais-valia.

Com a população indígena a entrada do grande capital em seus territórios provocou uma dizimação da cultura indígena e a migração para outros territórios urbanos, pois ainda que destinado uma pequena porção de terra aos indígenas, não é suficiente para garantir sua



reprodução, uma vez que são extrativistas e precisam de grandes áreas não só para sua sobrevivência, mas para preservação do seu território e permanência (Marques, 2019).

Diante do contexto, quando os povos indígenas, bem como as mulheres indígenas precisam sair de seus territórios, Kambeba (2023, p. 65) afirma que

Para mulher indígena, viver é um ato diário de luta com estratégias de resistência; somos desbravadoras de um novo tempo. Vivemos na aldeia e também na cidade, aprendemos a caminhar nos dois universos, porque compreendemos que o Brasil é terra indígena e, com o aumento demográfico das grandes cidades, nossas aldeias são tragadas para dentro de bairros populosos de muitas capitais.

Segundo dados da Pnad Contínua do IBGE, de 2022, coligidos por Janaina Feijó, pesquisadora do FGV Ibre, a população indígena é a que tem menor taxa de participação no mercado, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais, onde a baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego formal agravam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Enquanto a taxa de participação de brancos e amarelos era de 63,2% e a de pretos e pardos 62,3%, a de indígenas é de 59,7% no terceiro trimestre de 2022. Ou seja, a cada dez indígenas, apenas seis conseguem ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho.

Essa informalidade foi justificada pela coordenadora da pesquisa. As regiões Norte e Nordeste possuem grande presença de atividades que incorporam trabalhadores sem carteira assinada. E conseqüentemente os povos indígenas precisam, segundo Kambeba (2023), lutar pelo direito de viver em seu território, pois muitos deles foram demarcados; outros ainda aguardam pela demarcação, e nela estão os que querem para usufruto próprio, como criação de gado, plantação de soja entre outros. E o custo disso são constantes ameaças, guerras, expropriação e saque dos recursos naturais.

As mulheres indígenas em contextos urbanos são afetadas pelo fenômeno migratório de diversas maneiras. De acordo com elas, enfrentam desafios específicos relacionados à sua identidade, gênero, condições de trabalho e vivências dentro das cidades. Nesses contextos, as mulheres indígenas são frequentemente marginalizadas, vivendo em bairros periféricos, onde os serviços governamentais, como educação saúde e saneamento básico são precários. Muitas delas vivem em ocupações/assentamentos irregulares, o que contribui para a vulnerabilidade social⁴.

Além disso, a migração para as cidades muitas vezes resulta na proletarização da mão de obra, levando as mulheres indígenas a trabalhos precarizados e pouco especializados, o que as coloca em situações de vulnerabilidade. Apesar desses desafios, a migração para a

⁴ *Ibidem*.



cidade também traz vantagens, como a possibilidade de acesso a produtos que não estariam disponíveis no interior, maiores oportunidades de emprego e acesso a uma melhor educação para elas e seus filhos. No entanto, essas vantagens coexistem com desafios como dificuldades com o transporte público, violência e a caoticidade da cidade em face à sua grande massa de pessoas (Loureiro, 2022).

Assim, o espaço da mulher vem ganhando voz e vez. Para Kambeba (2023), abre-se um novo tempo em que a voz feminina tem poder e decisão e de alcançar outros espaços seja na aldeia ou na cidade, uma vez, que as questões agrárias e urbanas determinam para a vida das populações indígenas formas desiguais de distribuição das terras e os altos índices de exploração do trabalho, tanto no assalariamento urbano como no agrícola pela expansão da capitalização e mercantilização da terra.

4. CONCLUSÕES

Os estudos realizados sobre a mulher indígena no mercado de trabalho trazem um resgate no processo de conquista e colonização da América. Após os portugueses e espanhóis “descobrirem” o continente americano, uma série de relatos e crônicas dava o tom de encantamento que as novas terras despertavam nos habitantes do velho continente. Um misto de inocência e descrições bíblicas do paraíso indicava que tanto a terra quanto os seus habitantes precisavam ser “conquistados”, “catequizados” e “civilizados” pelos reinos cristãos europeus.

Assim, a sociedade colonial constituiu-se, basicamente, de uma elite vinda de Portugal, que acumulava riquezas; de escravos, que consistiam na força de trabalho principal do período colonial; e de indígenas, que, apesar de todas as resistências contra os portugueses, tiveram nações inteiras dizimadas, territórios tomados, quando não escravizados. É importante dizer que as mulheres, assim como os indígenas e negros, tiveram grande parte de suas histórias negligenciada e esquecida durante esse período.

Novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo surgiram. Para garantir lucros a competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho tornam-se cada dia mais reais. Tais, flexibilizações geram desigualdades, principalmente com as mulheres.

Então, as transformações da vida indígena no campo e na cidade são a experiência da construção de novas formas de relação social, preservando tradições, com reconhecimento da ancestralidade, da origem. A luta pela superação dessa realidade passa pelo contínuo fortalecimento da formação e do movimento indígena no Brasil, pela intensa



atuação das organizações e articulações de enfrentamento às medidas anti- indígenas no Brasil, em defesa do direito à terra, à autodeterminação, à identidade, à diferença.

Outro aspecto importante nessa conjuntura é agudização da pobreza e da precarização dos indígenas e em especial da mulher indígena. É necessário também criar espaços de acolhimento de demandas da comunidade indígena, compreendendo que, ainda que seja inevitável a perda de alguns aspectos de sua cultura quando da migração para a cidade, esta seja capaz de dar respostas àquilo de que os indígenas necessitem pelo fato de o serem.

5. REFÊRENCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo e formas do salariedade: notas teórico-críticas. **O Público e o Privado**, v. 3, n. 6, p. 109-128, 2005. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/issue/view/202> Acesso em 10 de set. de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social e Sociedade**, n. 107, p. 405-419, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/i/2011.n107/> Acesso em 20 de nov. de 2023.

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão Social na Amazônia no Capitalismo Contemporâneo: o estado do Pará em foco. *In*: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão Social Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/issue/view/1075> Acesso em

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/i/2012.n112/> Acesso em 20 de dez. de 2023.

COLOMBINI, Iderley. Caio Prado Júnior, O “Sentido da Colonização” e seus Desdobramentos Teóricos. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 52, p. 40-64, 2019. Disponível em <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/23> Acesso em 10 de fev. de 2024.

DE MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. 7 ed. Rio de Janeiro :janeiro: José Olympio, 2003.

DIAS, Edmundo. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. **Revista Outubro**, n. 1, p. 45-52, 1998. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/revista/edicao-01/> Acesso em 20 de jan. de 2024.



HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

KAMBEBA, Marcia Wayna. **De Almas e Águas Kunhãs**. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliane Feix.. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. *In*: _____ (Org.). **Desenvolvimentismo e a Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Operárias, operários**: processos de trabalho e resistências em uma fábrica têxtil em Belém. Belém: 1. ed. Paka - Tatu, 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo, **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 191161.

SÁ, Maria Elvira Rocha de *et. al.* Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima (Orgs.). **sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. p. 360-373.